

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Moralidade e bons costumes nas universidades brasileiras (1972-1986)

Anne Alves da Silveira

Mestra em história social pela UFBA.

Doutoranda em história pela UFRGS.

Contato: anne_1526@hotmail.com

Resumo

Este *paper* propõe apresentar análises sobre a atuação do aparelho repressivo na Universidade Federal de Brasília e na Universidade Federal da Bahia no controle da moral e dos bons costumes dos estudantes, mais precisamente com relação a liberdade sexual e uso de entorpecentes. Este trabalho baseia-se nas análises preliminares da pesquisa que se encontra em fase de desenvolvimento no doutorado na UFRG, que visa analisar como as questões sobre racismo, diversidade de gênero, sexualidade e uso de entorpecentes foram encaradas pelos aparelhos repressivos e pelas entidades estudantis das Universidades Federais da Bahia, de Minas Gerais, de Brasília e a Fluminense entre os anos de 1972 e 1986. Para o desenvolvimento desse texto foram analisados os documentos encontrados no acervo da Assessoria de Segurança e Informação, como relatórios e ofícios confidências (enviados e recebido pela ASI), mais precisamente do Centro de Operações e Defesa Interna (CODI) e Polícia Federal (PF). Os acervos estão localizados no Banco de dados do Memória Revelada do Arquivo Nacional.

Palavras-chave: Universidade, repressão moralidade

Introdução

Os governos militares sempre buscaram manter as universidades sob controle, em especial o movimento estudantil (ME), promovendo prisões e perseguições. Para efetivar o comando dentro desses espaços os militares criaram diversas leis como, a Lei Federal nº 4.464/64, os Decretos 228/67, e o 477, o Ato Complementa 39 etc. O controle da comunidade acadêmica também se deu por meio da vigilância cotidiana realizada a partir de diálogo com os demais órgãos de informações criados pela ditadura, a exemplo dos serviços de informação das Forças Armadas e os próprios aparelhos de informações do SNI, como a Assessoria de Segurança e Informação.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os serviços de repressão buscavam controlar, se não extinguir, todos os movimentos que fossem de cunho social, político e/ou educacional, pois para eles, tais movimentos corroboravam para a promoção da subversão. De acordo com Trad (2011, p. 115), o governo autoritário na tentativa de desestabilizar os setores clandestinos que se opunham aos militares no poder, procurou associar o tráfico e as drogas à subversão política, intensificando a repressão contra o uso de drogas ilegais”. Desta forma, as repressões na ditadura não se deram apenas a partir do combate às ações político/ideológicas contrárias ao Estado, denominadas de subversivas, mas também por meio da coibição aos comportamentos vistos como desviantes. Dentro desse quadro, encontram-se, a sexualidade, as drogas consideradas ilícitas, os debates sobre racismo ou qualquer ato que “corrompesse” a noção de moral e dos bons costumes, causando prejuízo ao “cidadão de bem”.

A dominação desses corpos não é obtida apenas, por meio da violência ou do controle ideológico. Para que haja a subordinação de modo efetivo, se faz necessário que se faça uso de uma microfísica do poder, que necessariamente não se aplica como uma imposição ou inibição.

Temos em suma que admitir que esse poder exerce mais que se possui, que não é o «privilégio» adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito que é manifestado e às vezes, reafirmado pela posição dos que são dominados. Este poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente, como uma obrigação ou uma proibição, aos que «não têm»; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. O que significa que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes, e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo; que se há continuidade (realmente elas se articulam bem nesta forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens), não há analogia nem homologia, mas especificidade de mecanismo e de modalidade (FOUCOUT, 1999, p. 26-27)

Desta forma, ao analisar os atos repressivos do Estado em relação a moralidade, é importante observar que seus atos visam garantir a perpetuação de uma concepção de moralidade que já se encontra na sociedade. Partindo desse pressuposto, compreendemos que concepção de moralidade é construída em meio social. Ao se valer de características dos valores do grupo social, não é difícil concluir que não apenas o regime militar não

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

via com bons olhos movimentos que questionassem os aspectos morais vigentes. Alguns críticos da esquerda viam de forma negativa o movimento hippie, os debates sobre feminismo, homofobia, racismo e outros. Havia questionamento sobre sua legitimidade ou diziam que tais movimentos eram fruto de alguma organização internacional que tinham como intuito destruir as bases da sociedade brasileira, por desviar a atenção das questões que realmente importavam, tais como o fim do imperialismo e da ditadura no país. Contudo, as divergências existentes “não impediam que comunistas e contraculturalistas no Brasil tivessem em comum a crítica ao regime vigente e de que fossem alvos da repressão” (KAMINSKI, 2016, p. 472).

Neste trabalho pretendo apresentar dados encontrados até momento sobre a repressão aos comportamentos vistos como imorais, mais precisamente aos comportamentos associados a liberdade sexual e uso de drogas ilegais entre os estudantes das Universidade e Federal da Bahia e de Brasília. O questionamento que impulsiona a pesquisa surge da observação de que atualmente a esquerda assumiu pautas importantes para a sociedade, como: o combate ao racismo, a homofobia, ao machismo e até mesmo a descriminalização das drogas, entre outras. Contudo, nem sempre foi assim, sabemos que durante a década de 1970 não apenas a direita conservadora, representada pelo Estado ditatorial, como a esquerda tradicional, atuou de modo a reprimir tais pautas. Surge a questão: As estruturas repressivas, presentes no início da década de 1970 - a intensificação da repressão no pós-AI-5 e as críticas da esquerda tradicional - podem de fato justificar a ausência de debates políticos dentro do Movimento Estudantil sobre liberdade sexual e uso de tóxicos, durante esse período? Não pretendo elaborar uma análise definitiva, apenas algumas reflexões que podem nos ajudar a construir uma possível resposta.

A imposição da disciplina por meio da repressão e o controle dos corpos

A partir das análises preliminares dos documentos da Assessoria de Segurança e Informação foi observado que na década de 1970 os temas relacionados a feminismo, racismo, homofobia, e liberdade sexual, não se encontravam nas pautas principais dos movimentos estudantis (ME), que de modo geral, até meados da década de 1970, se debruçavam sobre as questões educacionais ou estruturais das universidades. É

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

importante pontuar que esse silenciamento não se restringia apenas às entidades estudantis. Daniel Aarão Reis Filho (1985, p. 14) destaca que desde o golpe de 1964, as organizações das esquerdas brasileiras vinham priorizando como estratégia política as ações que produzissem efeitos imediatos na luta contra o governo ditatorial recém-estabelecido.

Dentro dessa perspectiva, as organizações, entidades ou movimentos que discutissem pautas que não fossem sobre a derrubada do Estado ditatorial em si, recebiam críticas de uma parcela da esquerda. Quem tentasse levantar essas discussões eram acusadas, muitas vezes, de promover cisões no movimento, vistos muitas vezes como “modismo”, reflexo de influências estrangeiras, ou até mesmo como no caso do movimento feminista, que foi “acusado de ser apolítico e de em nada contribuir na luta contra a ditadura” (PEREIRA, 2018, p. 355).

Parte dos estudantes que pertenciam aos movimentos estudantis eram filiados a algum partido de esquerda (clandestinos). Tais vínculos possibilitaram a estruturação do ME, favorecendo o diálogo entre diferentes universidades e fornecendo em alguma medida instruções sobre as orientações e tendências que o ME deveria seguir. Esse fato que pode ter influenciado a ausência de discussões sobre racismo, diversidade de gênero, sexualidade e uso de entorpecentes no Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Diretório Acadêmico (DA), até meados da década de 1970.

Outro fato que pode ter interferido na ausência desses debates entre os estudantes no início da década de 1970, foi o aumento da repressão no pós Ato Institucional nº 5 (AI-5) que desestruturou, não apenas o Movimento Estudantil, como também os demais movimentos sociais, políticos e culturais. Dificultando o diálogo dos estudantes com os diferentes movimentos sociais, entidades e organizações políticas.

Em contrapartida, tais questões aparecem de forma recorrente nos documentos da repressão. Em 1973, em Brasília, a Polícia Federal (PF) iniciou uma investigação sobre o uso de entorpecentes numa residência estudantil, gerando a prisão de 33 indivíduos, estudantes e ex-estudantes da UnB, e alunos pré-universitários. A partir dos depoimentos dos moradores da residência e dos vários visitantes, percebemos que surgiram outras preocupações, além da venda e uso de tóxicos, como os indícios de subversão, corrupção

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Elementos	maconha		Subversão		Ligação c/ org.		Pederastia	
	total	UnB	total	UnB	Total	UnB	total	UnB
presos	23	17	29	22	6	5	6	6

dos costumes, depravação – relações homoafetivas e liberdade sexual entre as mulheres. As apurações tomaram tamanha proporção que o Centro de Operações e Defesa Interna (CODI/CMP-11 RM) passou a coordenar o processo. De acordo com o CODI, os jovens viviam “num ambiente de acentuada promiscuidade, onde tóxico e sexo são misturados com impregnação ideológica de esquerda”.¹ Ao final do relatório foram produzidas tabelas² para representar o número de presos, quantos estudantes eram da UnB e os motivos.

Elementos presos	Prof. Gin	Aluno pré. Vest.	UnB									
			Arq.	Com	Hist.	Antr.	Psic.	Med.	Dir.	Eco	Ge	Total
33	3	7	6	5	4	2	2	1	1	1	1	23

Tabela retirada do Relatório Especial de Informação, produzida pela Centro de Operações e Defesa Interna (CODI/CMP-11 RM) em 1973.

A partir dessas informações, é possível considerar que a preocupação dos órgãos de segurança e informação visavam punir não apenas os indivíduos subversivos, mas também os jovens que se desviavam dos “bons costumes”. Isso porque as repressões na ditadura atuaram no combate às ações político/ideológicas contrárias ao Estado, denominadas de subversivas, como na coibição aos comportamentos vistos como desviantes.

A repressão a sexualidade e as drogas consideradas ilícitas se desenvolve a partir da compreensão de que qualquer ato que “corrompesse” a noção de moral e dos bons costumes, deve-se ser eliminado. Renan, Honório Quinalha (2017, p. 25) diz que “o autoritarismo de Estado também se valeu de uma ideologia da intolerância materializada na perseguição e tentativa de controle de grupos sociais tidos como uma ameaça ou perigo social”, e em defesa das tradições, da proteção da família e cultivando valores religiosos

¹ Relatório Especial de Informação, Arquivo Nacional, Banco de dados do Memória Revelada. RG. BRAN, BSB. AA1. ROS 33, p. 23

² Relatório Especial de Informação, Arquivo Nacional, Banco de dados do Memória Revelada. RG. BRAN. BSB. AA1. ROS 33, p 27.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cristãos, o autoritarismo disciplinador militar organizou uma cruzada repressiva contra todos os setores compreendidos como indesejáveis.

Os agentes estatais das forças de segurança não adotavam condutas distintas de acordo com as tipificações sociais e jurídicas. O pressuposto de que o regime militar estava em combate não ficou restrito às drogas ou aos opositores ao regime militar, atingiu outros segmentos sociais e outras condutas consideradas perigosas. O combate passou a ser a palavra de ordem para enfrentar qualquer tipo de experiência cotidiana tipificada como “problemas urbanos”, “violência urbana”, movimentos de protestos e manifestações culturais dos mais variados tipos. (ROLIM, 2011, p. 9)

Aliado às questões acima apresentadas, podemos conduzir as discussões sobre o anticomunismo no Brasil. O ponto de partida de nossa análise se dá pelo processo de construção do imaginário anticomunista, que compreende o comunismo como uma organização perigosa por fazer uso da fragilidade local e desorganizar as estruturas existentes. Importante evidenciar que a origem da estigmatização dos comunistas no Brasil não surgiu na década de 1960, mas nos primeiros anos pós-Revolução de 1917 e tomando grandes proporções ao longo da década de 1920 (MOTTA, 2000) e que essas ideias partiam de uma compreensão deturpada dos debates entre os comunistas em escala internacional e das experiências da Revolução Russa (BRITO, 2019).

Os estigmas atribuídos aos comunistas receberam novas configurações durante a década de 1960. Passaram a vincular sua imagem às doenças que se infiltram “nos organismos sociais, debilitando-os internamente” podendo estar presente em todas as esferas, até mesmo “no próprio aparato do Estado” (MOTTA, 2000, p. 80). Pela crença dessas questões que se justifica o medo dos anticomunistas da infiltração no próprio aparato do Estado e a busca constante ao “inimigo” interno. No imaginário anticomunista, a esquerda comunista “estava seduzir os jovens, em especial, por meio das drogas, da liberdade sexual e das críticas às instituições da igreja e da família” (KAMINSKI, 2016, p. 475). Sendo, portanto, compreensível a preocupação do Estado ditatorial com relação “à juventude, vista como mais susceptível à ação comunista por meio da destruição dos valores morais e da sedução das ideias progressistas” (KAMINSKI, 2016, p. 476).

A partir do que foi exposto é possível compreender que a libertinagem e a “toxicomania comunista foi um argumento construído por frações civis e militares

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

durante a ditadura.” Visando desta forma reutilizar “uma tradição anticomunista moral e conspirativa atualizada pela chamada “revolução nos costumes”. (BRITO, 2021, p. 41) O que se observar é que os atos contra os infratores morais se enquadram enquanto tática política, (Foucault, 1999), com intuito de manter o controle dos corpos, não apenas com o objetivo de combater o comunismo/subversão, mas para que o país mantivesse os valores “tradicionais” e assim corroborasse com imagem social e política do país.

Não apenas a direita conservadora produzia críticas e marginalizavam a revolução comportamental. Alguns críticos da esquerda viam o movimento *hippie* como fruto de alguma organização dos Estados Unidos que tinham como intuito destruir as bases da sociedade brasileira, por desviar a atenção das questões que realmente importavam, tais como o fim do imperialismo estadunidense e da ditadura no país. Desta forma, “existia uma rejeição da esquerda tradicional” aos princípios da contracultura, e aqueles que se influenciavam “eram taxados de desbundados e desbundadas”. (TORCATO, 2016, p. 323)

Apesar dos estudantes terem sofrido repressão por conta dos aspectos morais, não é possível afirmar houve alguma movimentação política em defesa do uso dos entorpecentes e a liberdade sexual ainda nesse período dentro das universidades. Contudo, tais questões começam a aparecer entre os estudantes ao final da década de 1970 e início da década de 1980. Ainda assim, não é um discurso homogêneo, e sem grandes representatividade. Apesar de ter causado, entre o aparelho repressivo grandes preocupações.

No final da década de 1970 na Universidade Federal da Bahia surgiram duas representações estudantis: o Movimento Estudantil pela Libertação (MEL) e a União Livre dos Residentes e Comensais (ULRC). Conforme o ofício encaminhado em 1981 pela 6ª Região Militar para a Agência Central do Serviço Nacional de Informação (SNI)³, a proposta do MEL e da ULRC não se restringia à defesa da gratuidade no restaurante universitário, à permanência dos estudantes nas residências estudantis e à abertura do restaurante universitário durante as férias, mas eram incluídas pautas de cunho mais

³ Informação 110/S-102 – A4- CIE. Arquivo Nacional. Banco de dados do Memória Revelada. RG. BR, DF AN BSB V8 MIC GNC AAA 81015107, p. 8.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

liberal relacionadas aos comportamentos sociais como a defesa da liberdade sexual e o uso de tóxicos nas instalações universitárias, divergindo da noção de moralidade pregada pelo Estado.

Dentre as denúncias apresentadas pelos órgãos de inteligência sobre os membros da MEL e da ULRC, se encontravam a venda e uso de drogas, “particularmente maconha, tanto nos alojamentos, como nos shows, peças teatrais e reuniões cinematográficas realizados no Restaurante Universitário”, além da “prática do nudismo nos alojamentos e na praia existente nos fundos da RU [Residência Universitária] (motivo de matéria de jornal)” e do “relacionamento sexual indiscriminado entre residentes, troca de casais e outros”.⁴

Até o momento as documentações analisadas não nos forneceram informações sobre as estratégias de controle sobre as reclamações levantadas pelos integrantes da MEL e da ULRC e nem como foi concluído tais mobilizações. Ao que sabemos, esses grupos, mesmo se autointitulando enquanto representante estudantil, não é possível confirmar que eles tenham integrado dos Diretórios Acadêmicos (DA) ou Estudantil (DCE). Sabemos que os mesmo desenvolveram algumas críticas ao DCE e DA. Mesmo não possuindo dados sobre o fim das mobilizações estudantis, sabemos que os atos opressivos apregoados pelos serviços de repressão tinham como objetivo salvaguardar os valores morais da sociedade.

Ao analisar as discussões sobre liberdade de gênero, sexualidade e entorpecentes, foi observado que algumas bandeiras foram aceitas com mais rapidez entre as esquerdas brasileira do que outras. Como o caso de algumas pautas em relação às mulheres que haviam sido em certa medida incorporadas nos debates políticos da esquerda ao final da década de 1970 e início da década de 1980. Era aceitável falar sobre direitos políticos e sociais para as mulheres, porém havia certa resistência quando o tema fosse liberdade sexual. Segundo Marisa Fernandes (2018, p.129), o prazer sexual feminino e lesbianismo eram tratados com certo descaso por uma parcela de mulheres ligadas ao movimento feminista e pela esquerda tradicional.

⁴ Informação 110/S-102 – A4- CIE. Arquivo Nacional. Banco de dados do Memória Revelada. RG. BR, DF AN BSB V8 MIC GNC AAA 81015107, p. 2/8.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No mesmo modo as discussões em torno da liberdade de uso de entorpecentes também não foram reconhecidas como pauta política. Segundo Mauricio Brito (2021, p, 42), vários autores que debatem sobre a toxicomania apresentaram que os “comunistas e a esquerda tinham uma atitude severa e/ou depreciavam o uso de drogas”. Contudo, tais críticas não significasse que não houvesse entre eles pessoas que usassem drogas, como demonstram os documentos acima analisados. Entretanto, as críticas levantadas por esses grupos podem ter dificuldade a construção de uma pauta política que motivassem debates mais profundos sobre o uso de drogas.

Apesar das críticas desenvolvidas sobre a liberdade sexual e uso de entorpecentes os documentos analisados apontarem que tais comportamentos eram praticados principalmente entre os jovens independente das orientações políticas. Foi observado que as pessoas que levantassem tais questões sofreram repressão motivadas por concepções moralistas tanto de grupos vinculados a esquerdas quanto do próprio governo ditatorial. Os impactos relacionados a atuação repressiva do Estado foram notórios, porém não podemos ignorar que a falta de apoio a essas pautas também não beneficiaram a luta contra o controle dos corpos presente na estrutura do Estado ditatorial. Importante pontuar que o moralismo não surgiu com a ditadura, contudo o sistema ditatorial forneceu os meios para punir.

Ainda não foram analisados os documentos sobre os estudantes da UnB no final da década de 1970 e 1980. Desta forma, não temos informações precisadas sobre quando ou se os debates sobre liberdade sexual e uso de tóxicos foram incluídas nos debates políticos dos estudantes, da mesma. As informações sobre UFBA podem nos ajudar a educar nosso olhar para as representações estudantis alternativas, que pode aglutinar alguns apoiadores, elaborar um discurso próprio e produzir pautas diferenciadas, que podem divergir ou não das pautas construídas pelo DCE e DA oficial da universidade, como a liberdade sexual e drogas. Há muito a investigar sobre como e quando as questões relacionadas a drogas e liberdades sexuais foram incluídas enquanto pautas políticas no Movimento Estudantil. Contudo, ao que tudo indica é que a década de 1980 os debates sobre tais temas tornaram-se mais presente não apenas nos movimentos sociais e políticos como também entre as entidades estudantis.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Conclusão

A partir do que foi exposto observa-se que o Estado autoritário no Brasil, no pós 1964, buscou disciplinar os estudantes combinando a vigilância e a coerção. Segundo Foucault o corpo é o núcleo do sujeito, sendo por meio dele possível adestrar o indivíduo tornando-o útil. Ao longo dos estudos sobre as ações de repressão na ditadura, observou-se também que o governo buscou a aprovação de seus atos junto a sociedade, por meio das justificativas. E parte dessas justificativas se valiam de valores morais Segundo Durkheim (2008), a moral só existe porque vivemos em sociedade e é por meio das características do grupo social que são definidas as regras morais.

Dentro desse quadro, qualquer indivíduo que seja apresentado como ameaça aos valores morais sofreria penalidades que também são estipuladas no âmbito social; o que explica o apoio de parte da sociedade brasileira às ações coercitivas aplicadas pelo regime no que diz respeito ao controle moral, mesmo quando efetuadas de forma abruptas. Tendo em vista que o governo autoritário difundia a ideia de que existiam organizações comunistas que tinham como objetivo destruir as regras morais vigentes. Portanto, havia a necessidade em preservar os antigos valores morais e perseguir qualquer comportamento que pudesse alterar a “normalidade”, estando esses atos associados à sua tática política.

Importante ressaltar que a crítica desenvolvida sobre o comportamento moral está vinculada aos valores socialmente constituído e por ela naturalizado. Dessa forma, é possível compreender que grupos politicamente divergentes, que convivem na mesma sociedade, podem apreciar os mesmos valores morais. Possivelmente, esse seja o motivo pelo qual a direita conservadora e a esquerda tradicional tenham se aproximado com relação a crítica a noção de moralidade. Contudo, divergiam em alguns aspectos no discurso e modo de atuação. Enquanto o Estado ditatorial utilizou de um discurso moral do anticomunismo, e um aparelho repressivo para controlar os corpos. A esquerda tradicional utilizou de um discurso contra o imperialismo e a luta contra a ditadura para produzir diversas críticas, contra a revolução comportamental e os diversos movimentos sociais que defendessem pautas como feminismo, homossexualidade e outras. Assim, de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

modo diferente ambos os fatos acima apresentados, podem ter dificultado que temas como liberdade sexual e uso de entorpecentes fossem debatidas e tornassem pautas políticas no Movimento Estudantil no início da década de 1970.

Com relação as fontes analisadas, também foi observado que apesar da aplicação do poder disciplinar, por meio das organizações dos aparelhos de vigilância e coerção, estrutura que segundo Foucault, promove a sensação de estar sendo observado, consequentemente a autocensura. Contudo, muitos jovens conseguiram encontrar pontos cegos do olho do Estado, e ir de encontro as concepções morais vigentes. Desta forma, grupos de estudantes da UFBA elaboraram debates sobre questões morais, incluindo-as como pauta política, mesmo que tais discursos não representassem todo o corpo estudantil.

Bibliografia

BRITO, Antonio Mauricio. **A droga da subversão**: anticomunismo e juventude no tempo da ditadura. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 41, nº 86, 2021 <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v41n86-02>

BRITO, Antonio Mauricio. **Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida**: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. Anos 90, Porto Alegre, v. 26, 2019.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Editora Vozes, 2008.

FERNANDES, Marisa. **Lésbicas e a ditadura militar**: uma luta contra a opressão e por liberdade. In.: Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade/org. James N. Green e Renan Quinalha. São Carlos: EduFSCar. 2018

FOUCAULT, M. (1987). **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.

KAMINSKI, Leon Frederico. **O movimento hippie nasceu em Moscou**: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. Revista Antíteses, Londrina/PR. v. 9, nº 18, 2016.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutor em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2000.

QUINALHA, Renan, Honório. **Contra moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 2017.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Conexões entre os movimentos Feminista e LGBT no Brasil**. **Caderno Espaço Feminino** | Uberlândia, MG | v.31 | n.1 | seer.ufu.br/index.php/neguem | jan./jun. 2018.

REIS FILHO, Daniel Aarão. In: **Imagens da Revolução Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. Org. Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá. Rio de Janeiro - Ed Marco Zero. 1985.

ROLIM, Rivail Carvalho. **Drogas e juventude no pensamento jurídico-penal durante o regime militar**. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

SILVEIRA, Anne Alves da. **Sorria, você está sendo espionado: a atuação do serviço de informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979)** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República**. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

TRAD, Sergio do Nascimento Silva. **A trajetória da prevenção às drogas no Brasil: do proibicionismo à redução de danos e seus reflexos nas políticas locais**. tese (Doutorado), Programa de doctorat d'Antropologia de la Medicina, Universitat Rovira I Virgili/Portugal, 2011.